

ENTRANDO NAS VIA(DA)GENS TEOLÓGICAS: SUBSÍDIOS BÁSICOS PARA UMA TEOLOGIA INCLUSIVA NO SÉCULO 21

Maylton Marques Lourenço

André Sidnei Musskopf possui graduação (2001), mestrado (2004) e doutorado (2008) em Teologia pela Escola Superior de Teologia, além de ser pesquisador do Núcleo de Pesquisa de Gênero nas áreas de: estudos feministas, estudos de gênero, estudos *queer*, masculinidade, homossexualidade e diversidade sexual.

Professor do Programa de Pós-Graduação em Teologia na Cátedra de Teologia e Gênero e integra a Coordenação do Programa de Gênero e Religião da Faculdades EST. A obra que será analisada será *As Via(da)gens Teológicas: itinerários para uma teologia queer no Brasil*, sua tese de doutorado: abordará a sexualidade na sociedade brasileira desde o Brasil Colônia ao Brasil no início do século 21.

Na sociedade brasileira há ambientes definidos para a manifestação das sexualidades ditas desviantes: o carnaval. É comum os homens vestirem-se de mulher e vice-versa com o fim de divertir e celebrar de maneira diferente a festa “profana”, como assim é dita pelas igrejas tradicionais. É nesta época que as desviantes variações de sexualidade são expostas, sentidas e permitidas.

Contudo no mundo cristão os espaços de conhecimentos e manifestações de sexualidade também são restritos: as romarias, procissões e peregrinações, pois são nesses espaços que as pessoas se socializam criando vínculos e laços afetivos, culminando, em algumas vezes, nas práticas sexuais.

Sexo e religião são duas dimensões fundamentais na vida de brasileiros e brasileiras que, ao longo da história do país, se converteram em motivo de orgulho e identificação e se tornaram foco do desenvolvimento de rotas turísticas provocando tanto uma movimentação interna, quanto atraindo visitantes de outras partes do mundo (...) Na área da sexualidade, o que atrai e provoca esta movimentação é a suposta liberdade sexual e o erotismo dos quais os festejos populares do Carnaval são a expressão mais vívida e representativa. Na área da religiosidade, o maior país católico (religioso) do mundo atrai e

provoca movimentações por suas incontáveis romarias, procissões e peregrinações aos santuários da fé, muitas das quais transformadas em patrimônio cultural. (MUSSKOPF, 2008, p. 30)

Partindo deste princípio André Musskopf vai retratar da sexualidade no Brasil dentro da religião. Iniciando seus debates no Brasil Colônia ele abordará alguns aspectos como: partindo do princípio do mito fundador do Brasil foi construído com base no tripé da “sagração da natureza” (o Brasil seria o Éden da qual a literatura cristã medieval tão abordava), “sagração histórica” (o Brasil seria um território que Deus concedeu aos portugueses para formar o novo céus e nova terra profetizados por Isaías – Is. 66:18-22) e a “sagração do governante” (era função do rei de Portugal como soberano realizar a obra divina no território “descoberto”).

Este mito, portanto, desenvolveu-se dentro de uma perspectiva de “poder teológico-político” através das “três operações divinas que, no mito fundador correspondem pelo Brasil: a obra de Deus, isto é, a Natureza, a palavra de Deus, isto é, a história, e a vontade de Deus, isto é o Estado”. (MUSSKOPF, 2008, p. 35)

Nesse imaginário europeu que se cria alguns mitos sobre os nativos, utilizando, também, sua sexualidade. Em primeiro lugar eles são puros e inocentes por deixar a mostra sua nudez (“vergonhas”). Mas essa ideia inicial não foi a predominante nem manteve por muito tempo: “Muito cedo a própria nudez passou a ser associada à ideia de licenciosidade e construir uma característica animalesca relacionada ao imaginário infernal” (MUSSKOPF, 2008, p. 39).

Os costumes e práticas indígenas, em geral não compreendidas pelos colonizadores devido a seus preconceitos e até mesmo por sua falta de interesse, que comprovavam a relação entre nudez e promiscuidade, atestando sua animalidade e sua ligação com o demônio eram múltiplos. (MUSSKOPF, 2008, p. 30)

Ronaldo Vainfas (1989, p. 22) completará o pensamento de Musskopf ao dizer, sobre a visão dos colonizadores sobre os colonizados que:

Os indícios de que a mão do Inimigo agia por detrás dessa aparente inocência recolheram os portugueses sobretudo da licenciosidade em que julgavam viver os índios e, particularmente, da relação que mantinham com o próprio corpo. Repugnava-lhes antes de tudo, o “canibalismo”, prática ininteligível ao europeu (e assustador para os missionários), fato que corroborava a visão do ameríndio como ser animalesco, selvagem e monstruoso. Mas inquietava-os, em grande medida, o que consideravam falta de lei, ausência de interdições quanto à exibição do corpo e às relações sexuais.

Esse mito criado e incorporado a igreja traçava uma problemática que serviria para a escravização dos povos indígenas e a necessidade da catequização para que eles se convertam de seus pecados e sejam salvos.

Do ponto de vista da sexualidade, a religiosidade desempenhou o mesmo papel: as práticas sexuais foram qualificadas a partir das crenças religiosas (sensualidade e erotismo – inocentes ou perversos – indígena *versus* [suposta] virtude dos cristãos europeus). Por isso, se, por um lado, “esses componentes [religiosos dos mitos fundantes] não ficaram retidos na história, mas estão constantemente forjado a cultura brasileira, mostrando como a religião *significa* o imaginário como um todo [... e funda e sustenta] o imaginário religioso para além das religiões instituídas”, por outro, este mito conta, “para o bem ou para o mal, a formação de um povo singularmente sexual numa terra exótica e [...] confere sentido simultaneamente ao passado e ao presente, fornecendo uma das auto-interpretações mais poderosas e intrigantes na vida contemporânea brasileira”. (MUSSKOPF, 2008, p. 41)

Mas para o Musskopf o Brasil não era apenas representado como o paraíso ou o inferno: o purgatório também é o Brasil, um lugar nem santo, nem profano, mas purificador dos pecados daqueles que ali habitam deixando de lado a sodomia e as práticas

satânicas e purificando aos moldes cristão-europeu, como forma unia e verdadeira de vida a ser seguida seja índio, ou, posteriormente, o africano.

Em síntese, percebe-se nesse cenário a união perfeita entre Igreja e Estado. Através da ajuda mutua cria uma conjuntura social e moral para introjetar no Novo Mundo os ideais mercantis, que o Estado português tanto apregoava financiando a ida de católicos (principalmente jesuítas). A Igreja, com a função de salvar almas e senhora da moral e ética, controla e coordena a vida das pessoas auxiliando a reproduzir as ideias do Estado no território brasileiro, garantindo a manutenção desse sistema.

A forma como a religiosidade e sexualidade foram vividas no Brasil colônia, é resultado deste sistema que, em muitos casos, aliou Estado e Igreja. O Estado apoiou a imposição do sistema de crenças e comportamentos morais que interessavam à Igreja. A Igreja, por sua vez, ajudou a organizar corpos para o sistema reprodutivo que o Estado queria implantar. Mas, sempre que esses interesses não coincidiram, a produção mercantil prevaleceu sobre a salvação das almas, abrindo espaços para os “desvios” praticados pelas massas submetidas, muitas vezes com a anuência dos próprios agentes do poder político e/ou dos representantes da instituição eclesiástica. (MUSSKOPF, 2008, p. 44)

Em outras palavras:

“Não existe pecado ao sul do Equador” – essa foi a imagem que se fixou a respeito da sexualidade brasileira no período colonial. Neste sentido, o Brasil era o purgatório como etapa de purificação do pecado indígena, africano e português, não apenas por causa de suas práticas religiosas heréticas e demoníacas, mas também por causa de sua sexualidade pervertida, prova irrefutável de sua idolatria. Além disso o Brasil era o paraíso – já não mais por sua pureza e inocência – para aqueles/as que viviam sua sexualidade fora dos cânones da Igreja e dos códigos morais da época. Mas, o Brasil também era o Inferno, especialmente para as mulheres nativas e africanas que sofreram abusos nas mãos dos colonizadores, e para os missionários que, muitas vezes, não encontravam outra forma para descrever o que presenciavam, fato que também justificava a urgência de sua atuação. (MUSSKOPF, 2008, p. 53)

Os atos sexuais realizados entre os europeus e as mulheres nativas foram justificados pela ausência de mulheres europeias no início da formação e construção do Brasil, sendo que, essa relação ou se dava através do cunhadismo, ou através do abuso das indígenas escravizadas. Segundo Darcy Ribeiro:

A incorporação indígena à população brasileira só e faz no plano biológico e mediante ao processo, tantas vezes referido, de gestação de mamelucos, filhos do dominador com mulheres desgarradas de sua tribo, que se identificavam com o pai e se somavam ao grupo paterno. Por essa via, através dos séculos, a mulher indígena veio plasmando o povo brasileiro em seu papel de principal geratriz étnica (1995, p.146)

Com a vinda de africanos para trabalhar, inicialmente nas lavouras de cana-de-açúcar, houve um novo personagem na formação do Brasil responsável para satisfazer os desejos sexuais do seu senhor e servir como geratrizes: a escrava africana. Com apenas um detalhe: a nudez, para estas, não era um problema grave, como as indígenas, pois já chegavam ao seu destino final, o Brasil, devidamente trajadas e cobertas.

Diante desse quadro, foram os missionários que – nem sempre – tentaram fazer frente ao que julgavam ser uma total devassidão moral. Se não bastassem a pecaminosidade da vida que indígenas e africanos/as levavam antes de sua incorporação ao sistema colonial como escravos/as, este mesmo sistema não ajudava na eliminação destas práticas e implantação das virtudes cristãs e, ainda, aguçava a licenciosidade dos próprios colonizadores. As correspondências dos missionários com a Europa retratam esta percepção e o seu desespero frente a ela. (MUSSKOPF, 2008, p. 56)

Por isso que foi implantado no Brasil o Tribunal do Santo Ofício para julgar e barrar “os desvios de conduta sexual (...) elevados ao nível de heresias, dentro de uma casuística complexa e muitas vezes paradoxal” (MUSSKOPF, 2008, p. 57), que seriam:

“Poligamia, bigamia, concubinato, adultério, atos nefandos, conversações ilícitas, solitações (relações sexuais de padres com confessantes)” (MUSSKOPF, 2008, p. 57).

Tropico dos pecados, assim seria o destino de nossa Colônia malgrado o empenho dos inquisidores em transformar nossos moradores, escravos e mulheres em hereges de ocasião, gente que suspeita de má-fé. Ficou-nos, porém, o sentimento de culpa (...). Deteriorando identidades, acirrando preconceitos e culpabilizando consciências, seu esforço não foi todo em vão. (VAINFAS, 1989, p. 347)

Em síntese:

A sexualidade, marcada fortemente pelo contexto colonizador e escravista, mas também pelo encontro (sexual) de diferentes tradições culturais sob o impacto da tentativa de implantação de um rigorismo moral católico-romano, define-se pela miscigenação e pelos diferentes sistemas que promovem tanto a hierarquia quanto o erotismo e a sensualidade. (...). Seja porque o discurso religioso visa organizar e controlar os corpos numa economia sexual específica; seja porque as práticas sexuais são o principal lugar de investimento para a comprovação da fidelidade religiosa, tanto pela sua virtuosidade e obediência quanto pela sua perversão ou transgressão. (MUSSKOPF, 2008, p. 61)

Com o fim da escravidão no Brasil, o termino do Brasil Colônia e Império, iniciando a Republica com milhões de afro-brasileiros/as a mercê de própria sorte e migrando para os centros urbanos, inserção de imigrantes europeus na economia brasileira, como assalariados, ocasionou uma mudança social no Brasil durante o século 19 e 20.

No âmbito da religiosidade, às tradições que conviveram e se desenvolveram no período colonial se somaram novas expressões religiosas, acabando com a hegemonia católica romana e criando um quadro de pluralismo religioso. No

campo da sexualidade, a emergência da medicina higiênica também introduziu novos discursos que foram, em seguida, aplicados e diversificados através do desenvolvimento de estudos e da atuação de movimentos sociais adicionando outros sistemas de referência para a organização das práticas sexuais. (MUSSKOPF, 2008, p. 70)

Diante do rompimento do cristianismo católico como religião dominante, a Igreja voltou para as pastorais, as comunidades, fixando os membros na igreja. Com o contato mais íntimo, mais próximo, através das pastorais, a Igreja sofreu algumas mudanças: levou a alianças muito próximas com os movimentos sociais, ocasionando que fosse perseguida durante a ditadura militar, criando uma “Frente Popular”; outro ponto é o nascimento da Teologia da Libertação, tendo como principal foco o compromisso da Igreja com os marginalizados e excluídos socialmente, sejam eles em caráter político ou econômico.

O saldo deste período revela que, mesmo com uma aproximação da Igreja às classes populares, nem a face “popular” da Igreja, nem a Teologia da Libertação conseguiram articular satisfatoriamente a religiosidade brasileira. Expressão dessa realidade é a frase que se tornou muito conhecida nas últimas décadas: “os católicos optaram pelos pobres e os pobres optaram pelas igrejas pentecostais”. Esta situação, embora precise ser nuançada por outras questões em torno da religião no Brasil, aponta para um fato novo que influenciou significativamente a alteração no campo da religiosidade brasileira no período moderno: a presença dos Protestantismos. (MUSSKOPF, 2008, p. 74)

O século 19 traz pela primeira vez, de forma livre e independente, inúmeras religiões não católicas ao Brasil, podendo estas realizarem livremente seus cultos e ritos. Luteranos, anglicanos, batistas, presbiterianos, muçulmanos, budistas, entre outros, modificaram o rosto religioso do Brasil, indo em busca, inicialmente, dos fiéis que a igreja não conseguia acompanhar e atender dentro das comunidades.

Contudo, a religião que mais cresceu no Brasil foram os pentecostais: ao conseguir buscar um ponto de equilíbrio no imaginário multirreligioso, agregando ao cristianismo tradições indígenas e africanas, englobando de forma mais efetiva as classes

mais populares. Além disso, as igrejas neopentecostais não eram dependentes de suas igrejas-mãe como as demais doutrinas cristãs assumindo uma forte identidade nacional.

Situação diferente ocorreu com o “neopentecostalismo”. Foi justamente entre as classes populares que ele se desenvolveu e cresceu, estabelecendo outra relação com a religiosidade popular. No caso do Pentecostalismo isso se deu, paradoxalmente, porque negou o imaginário religioso brasileiro colonial através da pregação de uma ascese extra-mundana e porque se mostrou avesso ao intelectualismo protestantismo clássico. Assim, encontrou espaço entre aqueles/as que são marginalizados política e economicamente. (MUSSKOPF, 2008, p. 86)

Paralelamente a esse evento, temos o surgimento das ciências, principalmente a medicina e psiquiatria, ditando normas e padrões de condutas sociais a serem seguidos, com o fim de uma boa saúde. Esses discursos, inicialmente, estavam em consonância da Igreja fazendo com que “a medicina higiênica usasse a seu favor a influência de determinados valores religiosos e pudesse instalar e impor o seu próprio sistema de regulação e classificação da sexualidade” (MUSSKOPF, 2008, p. 106).

Entre o pecado e a loucura, é importante notar que tais noções se encontram diluídas num mesmo universo semântico, definido pela ideia de doença. A noção de pecado (...) não é destruída pelo médico. Na classificação dos espaços da normatividade e da anomalia, o pecado é incorporado como substância básica para a construção de sentido moral do corpo doente. (ENGEL, 1986, p. 178)

Essa influência religiosa na ciência elencou inúmeras formas de doenças sexuais nascendo os termos: homossexualismo e heterossexualismo, o primeiro utilizado como doença a todos aqueles que mantem relações sexuais com o mesmo sexo, e o segundo como modo saudável de comportamento sexual. Isso tornou mais grave com o *boom* da AIDS/HIV, afinal, para a sociedade médica e radicais religiosos, essa epidemia é de responsabilidade homossexual, devendo colocar barreiras nessas práticas sexuais.

Simultaneamente, com base na exclusão, houve uma identificação dos homossexuais excluídos socialmente pelo Estado e Igreja, enquanto gays, nascendo o Movimento Gay que incitou estudos a sobre a sexualidade enquanto doença e transtorno, principalmente na área das Ciências Sociais ocasionando uma quebra na relação ciência e religião.

Assim, embora as instituições religiosas tenham perdido, de fato, terreno no âmbito das discussões públicas sobre sexualidade ao longo do século XX, não é possível afirmar que o mesmo tenha acontecido no âmbito da organização dos significados e práticas sociais. Uma expressão disso é a capacidade mobilizadora de um discurso religioso conservador e, debates recentes sobre sexualidade e saúde reprodutiva nas esferas governamentais e em âmbito público. Este tipo de discurso tem sido capaz de frear a implementação de mecanismos legais de garantia de direitos civis em questões como a criminalização da homofobia, a legalização das uniões homoafetivas e a descriminalização do aborto. (MUSSKOPF, 2008, p. 108)

Porém esse debate não ficou restrito no âmbito social e científico: na religião cristã gerou discursões calorosas de negação, silêncio e aceitação. Os discursos teológicos mais conservadores serão contra e fará um verdadeiro movimento para impedir um avanço do movimento gay, negando não apenas suas metas e reivindicações, mas as transformando em um verdadeiro demônio social que necessita todo custo ser barrado.

Além disso, “igrejas, grupos e discursos teológicos menos conservadores, inclusive a Teologia da Libertação, não tem sido capazes de romper o silêncio, nem de tornar visíveis posturas mais proféticas sobre esses temas” (MUSSKOPF, 2008, p. 109).

Em meio a todos esses debates nasce a teoria *queer*, visando barrar, desmitificar e desconstruir “as noções fixas, estáticas, binárias de identidade” (MUSSKOPF, 2008, p. 146), sejam elas ligadas ao gênero ou a sexualidade. Esse debate via se agregar ao cristianismo fazendo surgir um movimento religioso que não mais excluirá e transformará em monstro quem está preso a um padrão de heteronormatividade, muito menos se silenciará, ao contrário: aceitará membros da comunidade GLBTT, podendo os mesmos até assumirem cargos eclesiais.

O primeiro movimento desses ocorrerá nos Estados Unidos da América, com a Igreja da Comunidade Metropolitana, fundada por Troy Perry. Expulso de uma igreja batista e do seminário *Midwest Bible College* por ser gay resolve fundar uma igreja, junto com 12 amigos, começam a se reunir para celebração de um culto, em 1968, anos mais tarde fundarão a Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM). Entre os 12 integrantes estavam gays, lésbicas, garotas de programa, pessoas que não eram aceitas em igrejas tradicionais.

É nesse contexto que emerge com força o tema da espiritualidade gay. Inicialmente mais centrada em rituais que lidam com questões de vida e morte, sobrevivência e luto em vista da AIDS, esta abordagem vai se voltar também para a análise e a discussão de uma espiritualidade gay que, por fugir do controle e dos padrões eclesiais ortodoxos, representa uma forma de discurso queer. (MUSSKOPF, 2008, p. 150)

Atualmente, de acordo com dados da Fraternidade Universal das Igrejas da Comunidade Metropolitana (FUICM), a ICM conta com mais de 600.000 membros, 300 igrejas em 22 países. No Brasil está presente na maioria dos Estados da Federação, na Paraíba está presente em duas cidades: Cabedelo e João Pessoa.

A Teologia Inclusiva, aceitação da comunidade GLBTT nas igrejas podendo até exercer cargos eclesiásticos, nasce em meio esse contexto social e religioso bastante caloroso indo de frente com a corrente hegemônica da cristandade. Além do mais, encontra-se presente no mundo contemporâneo: apesar de uma minoria, há um público LGBT que frequenta tais denominações que defendem a inclusão religiosa traçando um equilíbrio entre o divino e a sexualidade.

REFERÊNCIAS

- ADELMAN, Miriam. **Paradoxos da identidade**: a política de orientação sexual no século XX. *Revista de Sociologia e Política*: Curitiba, n. 14, p. 163-171, jun. 2010.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRADFORD, Brick; LESOURD, Leonard E.; SHOWALTER, Willam P.; WHITAKER, Robert C. **Cura Para o Homossexual**. Venda Nova: Editora Betânia, 1989.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. **Trabalho Compulsório na Antiguidade**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.
- FEITOSA, Alexandre. **Bíblia e Homossexualidade**: verdades e mitos. Rio de Janeiro: Metanoia, 2010.
- FEITOSA, Alexandre. **Teologia Inclusiva**: fundamentos, métodos, história e conquistas. 1ª ed. Brasília: Oásis Editora, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da. **Ética, Sexualidade, Política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- FURLANI, Jimena. **Mitos e Tabus da Sexualidade Humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 2º ed. Belo Horizonte: Autentica, 2003.
- HAYNES, Gary. **A Bênção de Ser Solteiro**. Belo Horizonte: Editora Atos, 2004.
- BADINTER, Elisabeth. **XY**: sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1993.
- LOURO, Guacira Lopes. Sexualidade: lições da escola. In: MEYER, Dagmar (org.). **Saúde e Sexualidade na Escola**. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer**: uma política pós-identitária para a educação. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Data de acesso: 22 de abril de 2016.
- MALAFAIA, Silas. **12 Principais Motivos que Levam o Casamento Ao Fracasso**. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2009.

- MUSSKOPF, André S. **A Teologia Que Sai do Armário**: um depoimento teológico. Revista Impulso, v. 14, n.34, p. 129-146, 2003.
- MUSSKOPF, André S. **Via(da)gens Teológicas**: itinerários para uma teologia *queer* no Brasil. Tese de Doutorado. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2008.
- PARKER, Richard. **Abaixo do Equador**: cultura do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- PEREIRA, Márcio Eduardo Costa Pereira. **Krafft-Ebing, a Psychopathia Sexualis e a criação da noção médica de sadismo**. Rev. Latinoamericana Psicopatologia Fundamental: Jun 2009, vol.12, no.2, p.379-386.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- SHELDON, Louis P. **A Estratégia**: o plano dos homossexuais para controlar a sociedade. 1º ed. Rio de Janeiro: Editora Central Gospel, 2012.
- VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos Pecados**: moral, sexualidade e inquisição no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.